

## ESPETANDO ROSAS EM ESPINHOS DA MICAIA? O PORTUGUÊS E AS LÍNGUAS BANTU NA TELEVISÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE

Eliseu Mabasso, Ph.D<sup>1</sup>

Universidade Eduardo Mondlane (Professor Associado)

### Resumo

A hegemonia da língua portuguesa na generalidade do contexto moçambicano, onde esta coabita com cerca de 22 línguas indígenas de origem bantu, nunca foi posta em causa, não obstante o seu uso exclusivo ter deixado à margem dos demais processos de desenvolvimento no país, parte considerável dos cidadãos nacionais. Tal marginalidade deveu-se ao fato de, quase toda a informação veiculada principalmente pelo canal público da televisão, a Televisão de Moçambique (TVM), ter sido, ao longos dos anos, exclusivamente veiculada numa língua “estranha” para a maior parte da população, o português. Ora, a recente mudança de paradigma no que diz respeito à política de língua na TVM em particular, cria algumas expectativas sobre o futuro da língua portuguesa em termos hegemônicos, a médio e longo prazos. Este texto serve de reflexão sobre o futuro do português como língua da comunicação social e interpessoal, face à nova realidade decorrente da introdução da emissão de serviços noticiosos e de outros conteúdos de interesse nacional, igualmente veiculados em línguas moçambicanas. Será que o papel do português como língua franca e da comunicação entre os moçambicanos continuará imaculado face a crescente valorização das línguas indígenas particularmente na comunicação social? A coabitação entre a língua oficial e as línguas moçambicanas não poderá contribuir para a crescente massificação da língua oficial e simultânea valorização das línguas moçambicanas sobretudo na educação?

A avaliar pela experiência anglófona na zona austral de África, em particular, existe uma tendência em que as línguas africanas na comunicação social reforçam o seu papel de intervenção na construção da cidadania, por um lado, e contribuem para a aprendizagem e massificação da língua oficial, incluindo o seu uso na educação, por outro lado. Assim, é exetável que a TVM tenha papel de relevo, tendo em conta que o português é a língua de referência editorial dos conteúdos veiculados na televisão pública.

**Palavras-chave:** televisão, política linguística, multilinguismo, educação bilingue, direito à informação

### Introdução

O direito à informação é um direito fundamental consagrado na Constituição da República de Moçambique (CRM, 2018), nos termos do Art. 48, sobre a liberdade de expressão e informação.

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: [eliseumabasso@gmail.com](mailto:eliseumabasso@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9863-2089>

Isto significa que todo o cidadão moçambicano, sem exceção, goza do direito de ser informado sobre todos os assuntos relevantes da vida do país. A língua, sendo um dos veículos mais importantes para a transmissão da informação, ocupa um lugar de destaque, o que coloca uma grande responsabilidade aos detentores do poder de decisão sobre a matéria em questão.

Logo após a conquista da independência, Moçambique adotou, por via de herança, uma política linguística baseada no uso exclusivo do português, o que pressupunha, de forma explícita, que todas as outras línguas faladas por moçambicanos não podiam [e nem podem] ser utilizadas em contextos oficiais. Esta medida teve o seu impacto direto em todas as esferas da vida, com especial destaque para a comunicação social. Neste texto, pretendemos analisar o impacto dos últimos desenvolvimentos ocorridos no campo da imprensa televisiva, no caso concreto da Televisão de Moçambique (TVM), empresa pública, ao passar de uma estação de televisão eminentemente monolíngue, em que o português era a língua exclusiva de trabalho, para uma televisão multilíngue, em que a língua oficial coabita com outras línguas moçambicanas.

Estas transformações ocorrem num contexto em que, de acordo com os últimos dados disponíveis, a taxa de analfabetismo no país se encontra distribuída da seguinte forma (fonte: INE, 2019)<sup>2</sup>

Homens -----	27.2%
Mulheres -----	49.4%
Total -----	39%

Um aspeto muito importante a ter em conta ao se falar de analfabetismo no contexto moçambicano é a associação que se faz entre este fenómeno e a capacidade de ler e escrever na língua portuguesa, dentre pessoas com idade igual ou superior a 15 anos. Isto pressupõe que todos os indivíduos com competência nas habilidades de fala e escrita nas línguas moçambicanas mas que não mantenham essas competências na língua portuguesa são consideradas analfabetos.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf/view>. Data de acesso 16 de abril de 2022.

De acordo com dados mais recentes datados de 2021, existem 30,832,244 habitantes. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>. Data de acesso, 16 de abril de 2021.

---

## Situação linguística na comunicação social

Como se sabe, a primeira Constituição da então República Popular de Moçambique, adotada em de 1975<sup>3</sup>, incluindo a sua versão revista de 1978, não fazia qualquer referência à questão linguística para o novo país independente. Isto pressupunha, de forma implícita, que o país herdara a política linguística da antiga potência colonizadora, em que o português era a única língua oficial. Esta manutenção do *status quo*, nos termos de Bamgbose (1991), prevaleceu até a aprovação da nova Constituição, em 1990, resultante dos grandes desenvolvimentos políticos a nível mundial, decorrentes da queda do comunismo e o fim da chamada Guerra Fria.

A nova Constituição e, conseqüentemente, as versões subseqüentes de 2004 e 2018, ao contrário das versões anteriores, já apresentava, no seu texto, alguma indicação sobre a política de língua oficial e referência às línguas “nacionais”, designação dada às línguas moçambicanas de origem bantu. Não obstante a indicação, nos Artigos 9º e 10º, da política linguística adotada para o país, o papel das línguas moçambicanas continua limitado às demais esferas da vida sócio-cultural, com destaque para a educação, à exceção de contextos considerados oficiais. Por outras palavras, os artigos em alusão enaltecem os esforços que o Estado moçambicano faz para valorizar as língua indígenas, contudo, esta utilização não pode ser extensiva a contextos oficiais.

No que à informação diz respeito, desde a independência nacional conquistada e proclamada em 1975, os órgãos de comunicação social foram sempre uma aposta forte para a promoção e divulgação da ideologia e propaganda do então Partido único e, por sinal, o único que governa o país desde então, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Com especial destaque para a única estação de ráiodifusão, a Rádio Moçambique, o único jornal impresso, o “Notícias” e a revista “Tempo”, a propaganda do regime era transmitida com a devida censura, numa altura em que a mensagem veiculada versava à volta da consolidação do socialismo em oposição ao capitalismo. Trata-se, portanto, dos três órgãos que, ao longo de décadas, foram utilizados como instrumentos de divulgação de todo o programa de governação do regime do dia, numa perspectiva de formação do chamado Homem Novo. Alias, num contexto mais recente, e como defendem Chichava e Pohlmann (2010), estes órgãos de comunicação social públicos, à

---

<sup>3</sup> Disponível em [mz-government-gazette-series-i-dated-1975-06-25-no-1.pdf \(gazettes.africa\)](https://www.gazettes.africa/mz-government-gazette-series-i-dated-1975-06-25-no-1.pdf). Data de acesso 14 de abril de 2022.

---

exceção da já descontinuada revista “Tempo”, desde a introdução do multipartidarismo em Moçambique na sequência da Constituição de 1990, têm sido sistematicamente acusados de favorecerem o partido no poder (FRELIMO), com maior incidência durante os pleitos eleitorais, em prejuízo de outras formações políticas.

Na mesma linha de pensamento dos autores acima, e comentando particularmente sobre o uso preferencial da televisão em pleitos eleitorais, Mabasso (2015, p. 285) argumenta que “(...) em situação de campanha eleitoral, é na televisão que os candidatos desfilam e usam as suas estratégias de *marketing* político para persuadir o eleitorado através da apresentação dos respectivos manifestos”.

No entanto, se por um lado, a Rádio Moçambique, se foi desenvolvendo como estação de radiodifusão adotando uma política linguística baseada no plurilinguismo, em que o português é a principal língua destacada para os programas da chamada “Antena Nacional”, por outro lado, as demais línguas moçambicanas foram sempre utilizadas como veículos de transmissão nas emissoras de nível provincial. De referir que, esta situação, não decorre necessariamente da aprovação da nova Constituição, i.e., é uma realidade que prevalece desde o tempo colonial, altura em que o Chamado Rádio Clube de Moçambique já transmitia programas em algumas línguas moçambicanas, como foi o caso da chamada “Hora Nativa” que, como sugere o nome, era dedicada a conteúdos marcadamente de interesse dos nativos.

### **Política linguística na TVM ontem e hoje**

Passam alguns anos desde que se levantou o problema decorrente da grave violação de um dos direitos fundamentais mais importantes, estabelecidos pela CRM, o direito à informação, por parte da TVM, estação de televisão pública, i.e., sustentada com base no erário público. Num estudo levado a cabo por Mabasso (2015) acima referido, em que problematizava o impacto da política linguística adotada pela TVM, ficou patente que, esta estação televisiva, ao contrário de outros provedores concorrentes, optava pela manutenção do *status quo* em relação à questão linguística no exercício do seu trabalho. O referido *status quo* tinha a ver com a implementação de uma linha editorial que privilegiava uma minoria de moçambicanos em termos de acesso à informação, em detrimento de uma vasta maioria que ficava a leste dos principais acontecimentos de interesse nacional, não obstante estes serem os principais contribuintes.

---

Na verdade, a televisão é, sem margem para dúvidas, um dos meios de comunicação de maior impacto nacional e não só, na transmissão de informação de interesse público e na construção da cidadania, através da passagem de mensagens educativas. De acordo com Mabasso (2015),

o consumo deste meio de comunicação assume níveis de franca expansão ao nível territorial, dada a emergência de vários outros factores, tais como a expansão da rede eléctrica para pontos mais recônditos do país e o surgimento de pequenos empreendedores virados para o comércio de pequena escala que se dedicam à venda de aparelhos electrónicos, entre outros produtos afins. Por outro lado, é indubitável que a força da televisão supera a de outros tantos meios de informação, pois tem o poder de projectar a imagem da pessoa humana dentro e fora da comunidade em que esta está inserida e de divulgar os seus feitos numa perspectiva transfronteiriça. No caso dos políticos, por exemplo, estes encontram na televisão um meio de se fazerem presentes perante as massas e de lhes fazerem passar a sua mensagem. (Mabasso, 2015 p. 285).

Trata-se, porém, de um meio de comunicação dotado de uma forte capacidade de projetar a imagem de qualquer pessoa seja ela singular ou coletiva, para níveis de popularidade imensuráveis, num contexto em que a rádio vem perdendo o seu espaço, sobretudo no meio mais urbanizado, a favor dos conteúdos teledifundidos.

No entanto, e como apontava Mabasso (2015, p. 285), era deveras preocupante “(...), o facto de um dos meios de informação de maior impacto e de impacto imediato para os cidadãos, ser o espelho do exemplo do incumprimento do preceituado na CR e na Lei de Imprensa, especificamente no que diz respeito ao direito dos cidadãos poderem ser informados”. Note-se que, aqui, não está a ser posta em causa a importância e o papel do português como língua veicular da comunicação entre todos os cidadãos nacionais falantes de qualquer língua moçambicana. Aliás, o seu papel foi considerado arma muito poderosa para unir os moçambicanos falantes de diferentes línguas, desde os tempos da luta armada de libertação.

---

Na sequência da aprovação da Constituição de 1990, incluindo as versões subsequentes e as respetivas actualizações, assistiu-se uma liberalização dos meios de comunicação social, anteriormente circunscritos aos meios controlados centralmente pelo Estado moçambicano, principalmente a TVM e a RM. Desta forma, foram licenciadas novas estações privadas de rádio e, no que a nós interessa, novos provedores de televisão. Esta situação abriu espaço para a criação de vários programas de interesse nacional e social, o que colocou enormes desafios para as respetivas redações, no que diz respeito à diversidade linguística que caracteriza o país.

Na verdade, os principais provedores privados de serviço de televisão, com especial destaque para a Rede Miramar, a Soico Televisão (STV) e, mais recentemente, a TV Sucesso, estiveram sempre na vanguarda ao adotarem linhas editoriais que permitissem a inclusão de cada vez mais moçambicanos no debate sobre assuntos de interesse nacional, permitindo que estes dessem o seu contributo nas suas línguas locais. Alias, sobre a participação activa nos assuntos de interesse nacional, Lopes (1997) sugerira a criação de programas específicos em línguas moçambicanas, em que os principais temas debatidos na Assembleia da República fossem traduzidos e exibidos nos canais de televisão, como forma de aproximar e envolver as comunidades nos processos de construção da nação moçambicana.

Sobre o assunto, Mabasso (2015, p. 286) acredita que,

desta forma teríamos um número cada vez maior de compatriotas nossos envolvidos nos demais processos de desenvolvimento que o país enfrenta, com a vantagem de poderem surgir até propostas concretas de soluções para a resolução de alguns problemas considerados repletos de complexidade. (Mabasso, 2015 p. 286).

Entretanto, tal como foi sugerido acima, durante muitos anos, desde a sua criação há 41 anos atrás, a TVM procurou basear a sua política linguística de acordo com o preceituado pela Constituição, em que o português é a única língua oficial. Tomando em consideração que a televisão desempenha um papel fundamental no estabelecimento da agenda social e política do país, importa trazer à luz do dia os últimos desenvolvimentos que a televisão pública conheceu nos últimos tempos em termos de política linguística institucional. Esta mudança teve o seu impacto

no fortalecimento da ideia de uma sociedade multilingue e, portanto, o uso e valorização da línguas moçambicanas. Desde 2003, a TVM começou, de forma tímida, a emitir programas nas línguas Ndaue Sena. De seguida, mais províncias iniciaram a transmissão de notícias em algumas línguas locais, o que contribuiu para um maior envolvimento das comunidades nos demais desafios de desenvolvimento no país.

Num passado recente, em 2016, a TVM adotou uma nova política linguística consentânea com a Constituição da República, no tocante à liberdade de imprensa e de informação acima referidas. Ao combinar o artigo que versa sobre a liberdade de imprensa e de informação acima, e combinando este com o Artigo 9 da CRM, não restam dúvidas de que se trata de um passo gigantesco no âmbito dos esforços empreendidos pela televisão pública, para estar em conformidade com a CRM (veja-se também Mabasso, 2019).

Segundo uma nota da própria TVM, a introdução do serviço de emissão em línguas moçambicanas, que arrancou no dia 28 de outubro de 2018, é um reconhecimento da diversidade linguístico-cultural moçambicana. De acordo com o seu administrador de conteúdos, a introdução dos noticiários em línguas moçambicanas vem como resposta à preocupação dos telespetadores que não tinham acesso aos conteúdos veiculados exclusivamente através da língua oficial<sup>4</sup>.

O lançamento acima surge para dar seguimento à nova política linguística aprovada pela TVM, em que as línguas selecionadas são as que se seguem<sup>5</sup>:

<b>Centro Provincial</b>	<b>Línguas faladas</b>	<b>Data de lançamento</b>
Beira	Ndaue Sena	março de 2003
Nampula	Emakhuwa	fevereiro de 2005
Gaza	Changana/Chopi	20 de junho de 2015
Maputo	Changana/Ronga	8 de junho de 2015
Zambézia	Chuabo	23 de julho de 2015
Niassa	Yao/Nyanja	23 de setembro de 2015
Inhambane	Chitshwa	30 de outubro de 2015
Manica	Chiwute	20 de novembro de 2015
Cabo Delgado	Emakhuwa	30 de novembro de 2015
Tete	Nyungwe	19 de novembro de 2015

<sup>4</sup> Esta informação pode ser acompanhada na plataforma ‘youtube’, através do link [Emissão Nacional Da TVM: Noticiário em línguas moçambicanas arrancou hoje - YouTube](#). Data de acesso 16 de abril de 2022.

<sup>5</sup> Esta informação foi fornecida por uma jornalista senior da TVM. Segundo este quadro, a declaração oficial da política linguística da TVM ainda não foi publicada, contudo, estas são as linhas mestres que constarão do documento.

Um aspeto digno de relace é o facto de já estar indicada na grelha de programação da TVM, a hora em que o serviço de notícias em línguas moçambicanas vai para o ar. Os programas noticiosos passam diariamente e em cadeia nacional, a partir das 17h00, de segunda a sexta-feira.

### **Impacto na valorização das línguas maternas na educação**

Como se sabe, a educação é a base para o desenvolvimento de qualquer nação que anseie entrar na rota do desenvolvimento, num mundo cada vez mais globalizado. Um dos veículos mais importantes para a transmissão do conhecimento é a língua. No entanto, para que este desenvolvimento se torne realidade a curto e médio prazo, sobretudo em países multilíngues como Moçambique, a política linguística deve ser cuidadosamente formulada, sob o risco de levar todo um sistema ao colapso.

É neste contexto que, após longos anos de implementação de uma educação de base monolíngue, em que o português era a única língua utilizada como meio de instrução, o governo moçambicano deu os primeiros passos para a implementação de uma educação em língua materna. Lopes (1997; 2013) talvez tenha sido um dos primeiros linguistas do país a problematizar sobre o caminho que o governo estaria a trilhar desde a introdução e implementação do programa-piloto nas províncias de Gaza e Tete em 1993. O autor chamou à atenção para a necessidade de se levar a cabo um programa de consciencialização e melhoramento de atitudes em relação às línguas indígenas por parte dos principais atores no processo de educação em língua materna, nomeadamente os pais, encarregados de educação, professores e os próprios alunos. Segundo o autor, os atores acima devem ser explicados sobre as vantagens pedagógicas do ensino em língua materna, seja ela o português ou língua indígena.

De facto, como reconhece Lopes, tem prevalecido o sentimento de que mudar mentalidade não é tarefa fácil e mais difícil ainda é mudar mentalidade de um povo que viveu uma colonização baseada na chamada política de assimilação, em que as línguas moçambicanas eram explicitamente inferiorizadas. Isto deve-se ao facto de a maior parte dos pais e professores estarem mais inclinados para as vantagens pedagógicas do ensino exclusivo em português. Por outro lado, existe o sentimento de que a utilização das línguas indígenas no ensino pode pôr em causa a boa aprendizagem da língua portuguesa, uma língua de prestígio incontestável e porta de entrada para

---

o mercado do emprego. Portanto, há necessidade de explicar às comunidades, as respetivas lideranças e o público em geral sobre as novas metodologias e os resultados esperados (MINEDH, 2019).

Aliás, sobre a implementação do programa de Ensino bilingue nas escolas, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano disse o seguinte na sua Estratégia de Expansão do Ensino Bilingue (2019-2020):

Para a maioria das pessoas ainda existem dúvidas sobre o que é, como está concebido e como funciona o ensino bilingue. Escolas, postos administrativos ou distritos que se proponham iniciar o ensino bilingue deverão colocar na sua agenda de prioridades encontros com pessoas das comunidades a serem abrangidas, tendo sempre em conta a agenda desta estratégia: criteriosa, gradual e sustentável. (MINEDH, 2019:10)

O papel das comunidades na implementação do programa de ensino bilingue foi discutido por Chimbutane (2015). Este autor concluiu que, por exemplo, as comunidades acabam sendo fonte do conhecimento uma vez que entram no xadrez do processo de educação, ao apoiarem os seus filhos na clarificação de tópicos aprendidos na escola, incluindo na realização de trabalhos de casa. Os tópicos tratados têm a ver com questões sócio-culturais que, por vezes, podem ultrapassar a capacidade dos próprios professores, incluindo experiência de vida. Esta é uma das razões pelas quais, segundo Chimbutane, os professores bilingues, actualmente, encaram os pais e encarregados de educação como parceiros intelectuais válidos no processo de educação dos alunos (Chimbutane 2015).

Um dos aspetos mais alarmantes desde que foi lançado primeiro projecto-piloto sobre o ensino bilingue em 2003 tem a ver com a inexistência de uma estratégia coordenada de consciencialização capaz de rapidamente despertar a consciência das pessoas sobre a utilização das línguas moçambicanas no sistema de educação. Tomando em conta que a educação bilingue é um processo em fase de implementação, as autoridades de educação devem procurar trabalhar com os órgãos de comunicação social, em geral, e com a televisão, em particular, com especial destaque para a TVM, na disseminação de mensagens sobre este ensino ao público em geral. Este processo pode ser levado a cabo através da preparação de mensagens curtas sobre questões relacionadas com a educação bilingue, com especial foco nos intervalos dos serviços noticiosos. As chamadas Rádios

---

Comunitárias, principais fontes de informação nas comunidades, onde reside grande parte das pessoas, têm igualmente um papel chave a desempenhar na disseminação de mensagens de consciencialização sobre as vantagens pedagógicas da implementação da educação em língua materna.

### **O papel central da TVM**

Tal como foi referido anteriormente, com a implementação da nova política linguística na TVM, esta estação de televisão passa a ter responsabilidade acrescida, sobretudo na disseminação de mensagens sobre a importância do ensino bilingue e a continua valorização das línguas moçambicanas. Para ilustrar, no momento em que escrevemos este texto, o mundo em geral e Moçambique em particular entravam em um processo de recuperação após mais de dois longos anos em que uma das pandemias mais contagiosas e mortíferas da história da humanidade atingiu a totalidade das nações do globo, causando luto sem precedentes. Como é óbvio, o novo coronavírus, também conhecido por COVID-19, não constitui assunto de discussão neste texto, contudo, o seu surgimento chamou à nossa atenção em relação ao papel que a televisão, em geral, e a TVM, em particular, podem desempenhar no que diz respeito à consciencialização. Os principais canais de televisão privados, com destaque para a própria TVM, se empenharam na produção de vídeos, chamando à atenção da sociedade sobre o perigo que a doença representava para o mundo e para o país, os cuidados a observar na sua prevenção e, sobretudo, o apelo ao distanciamento social (através do slogan ‘fique em casa’).

As referidas mensagens eram reproduzidas nas várias línguas moçambicanas, parte das quais foram selecionadas no contexto da nova política linguística em vigor na TVM. Para além do material em forma de vídeo preparado por jornalistas, tanto a nível provincial como a nível central, os líderes tradicionais a nível local eram, também, solicitados a dar o seu contributo na produção e disseminação de mensagens sobre a COVID-19 nas várias línguas moçambicanas faladas no país. Estas intervenções incluíam, também, depoimentos de celebridades e de cidadãos comuns que eram entrevistados e contribuía com informações sobre a prevenção da doença. Titulares de cargos governamentais a nível central e provincial e local foram, também, mobilizados para apoiarem na disseminação de mensagens sobre as medidas de prevenção para o combate à nova doença, utilizando as línguas indígenas faladas localmente, tendo o feito de forma muito didática.

---

Numa outra iniciativa a nível da liderança do governo, o Presidente da República de Moçambique, numa intervenção pública sobre a pandemia da COVID-19, instou todos os órgãos de comunicação social a serem cada vez mais criativos na produção de conteúdos sobre a COVID-19. Em resposta a este apelo e, apesar de, neste caso, a iniciativa se limitar à língua portuguesa, as outras estações de televisão privadas no país também começaram a produzir e disseminar vídeos sobre esta pandemia que teve impacto de dimensão mundial.

Não obstante os casos acima apresentados aparecerem no contexto de uma ameaça à saúde global, a grande lição a ser retirada a partir deste movimento é o impacto que uma campanha vigorosa e coordenada pelo governo pode trazer em termos de adesão. Este caso é, sem margem para dúvidas, um indicador do que pode acontecer se uma mobilização em massa for levada a cabo e do que pode ocorrer caso o mesmo exercício seja replicado na disseminação da importância da educação em língua materna. Na verdade, o poder da televisão e, sobretudo, a responsabilidade que a TVM tem com os moçambicanos passa por se posicionar na vanguarda de todas as iniciativas visando o desenvolvimento de Moçambique.

### **A TVM na consolidação do bilinguismo societal**

A consolidação do bilinguismo societal é, sem dúvidas, um dos passos importantes para a promoção das línguas moçambicanas e sua posterior oficialização. Nesta empreitada, a nova política linguística adotada pela TVM constitui um marco bastante importante, uma vez que, ao difundir informação relevante em línguas locais, esta estação de televisão pública estará a dar sinais inequívocos sobre o seu papel nos processos de desenvolvimento.

A nossa convicção é a de que, a utilização das nossas línguas nos demais programas passados pela TVM, incluindo os serviços noticiosos e os debates sobre questões políticas, não só contribuirá para o envolvimento de todos os moçambicanos sem exceção como, acima de tudo, poderá reduzir ou mesmo acabar com o estigma que ainda prevalece à volta das línguas indígenas. Desta forma, se espera que mais moçambicanos possam se interessar em aprender e falar pelo menos uma língua indígena. Com este cenário, as línguas moçambicanas poderão, a médio e longo prazos, competir em pé de igualdade com o português, elevando o seu estatuto.

## Conclusões

Este texto procurou, de forma sucinta, trazer à luz dia, alguns aspetos relacionados com o futuro da coabitação entre as línguas moçambicanas e a língua portuguesa, no contexto da nova política linguística adotada pela TVM. Num contexto dominado pela hegemonia da língua portuguesa sobre as línguas moçambicanas, foi possível discutir sobre o papel que a TVM poderá desempenhar no desenvolvimento dessas línguas e na massificação da própria língua portuguesa, sobretudo na consolidação do ensino bilingue já em implementação no país.

De igual modo, se espera que, com a crescente utilização das línguas moçambicanas na TVM, se eleve, cada vez mais, o seu estágio de desenvolvimento, sabido que um dos índices adotados pelos planificadores linguísticos para avaliar o estágio de desenvolvimento de uma língua é também a sua utilização na comunicação social (veja-se Bamgbose, 1991).

Um outro contributo da valorização das línguas moçambicanas poderá ser a revitalização de algumas línguas em risco de desaparecer, como é o caso do Ronga, nos termos colocados por Lopes (2013). Como é sabido, esta língua, ainda em uso, vive ameaçada pela hegemonia da língua portuguesa, por um lado, e da língua changana, por outro lado, colocando em risco a sua sobrevivência a médio e longo prazos.

É, também, nossa convicção de que, a nova política linguística da TVM, constitui um passo gigantesco em direcção à formulação de uma política linguística mais inclusiva, em que as línguas moçambicanas deixarão de se posicionar num patamar inferior, abrindo, desta forma, espaço para a oficialização de todas as línguas faladas nativamente pelos moçambicanos. Desta forma, poderemos assistir a uma relativa redução da hegemonia da língua portuguesa, uma realidade que vem se arrastando desde a proclamação da independência nacional.

Para terminar, importa referir que as rosas aqui referidas no tema deste texto simbolizam a língua e cultura portuguesas ao passo que a micaia, simboliza a africanidade, i.e., por analogia, as línguas e cultura moçambicanas. Portanto, com a política linguística em vigor na TVM, questiona-se sobre o futuro da coabitação entre as duas realidades linguísticas, olhando o futuro com muita esperança de uma convivência pacífica e consolidação de uma sociedade verdadeiramente multilingue e multicultural em Moçambique.

---

## Bibliografia

- Bamgbose, A. (1991) *Language and the Nation: The Language Question in Sub-Saharan Africa*. Edinburgh: Edinburg University Press.
- Chimbutane, F. (2015) Bilingual education: enabling classroom interaction and bridging the gap between schools and rural communities in Mozambique. *International Journal of Education Development in Africa*, 2(1): 101-120.
- Chichava, S. E Pohlmann, J. (2010) Uma breve análise da imprensa moçambicana. Disponível em [DesafiosMocambique-miolo \(iesse.ac.mz\)](http://iesse.ac.mz/DesafiosMocambique-miolo). Data de acesso 16 de Abril de 2022.
- Constituição da República de Moçambique. Lei nr. 1/2018 de 12 de Junho. Disponível em [constituição da república de moçambique 2018 pdf - Google Search](#). Data de acesso 16 de abril de 2022.
- Constituição da República de Moçambique (2004) Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Constituição da República de Moçambique (1990) Maputo: imprensa Nacional. Disponível em [mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-1990-11-02-no-44.pdf](http://mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-1990-11-02-no-44.pdf) ([gazettes.africa](http://gazettes.africa)). Data de acesso 14 de abril de 2022.
- Lopes, A.J. (2013) *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique/The Battle of the Languages: Perspectives on Applied Linguistics in Mozambique*. Luanda: Editora das Letras.
- Lopes, A.J. (1997) *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- Mabasso, E. (2019) Construindo pontes sobre obstáculos: multilinguismo e a língua portuguesa no mundo da ciência. In M. L. Martins e I. Macedo (Eds) *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono* (pp 207-20). Braga: Humus.
- Mabasso. E. (2015) Televisão, política linguística e direito à informação: Desafios para o ensino da Comunicação em Moçambique. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp. 279-93). Braga: Universidade do Minho, CECS.
- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. 2019. Estratégia de expansão do ensino bilíngue (2020–2029). Available from: <http://www.mined.gov.mz/DN/DINE/P/Documents/Estrat%C3%A9gia%20de%20Expans%C3%A3o%20do%20Ensino%20Bil%C3%ADngue.pdf>. Data de acesso 15 de abril de 2022.